



# IDeIAS

Informação sobre *Desenvolvimento, Instituições e Análise Social*

## Participação cidadã, corrupção e serviços: algumas notas a partir do município de Tete<sup>1</sup>

Lúcio Posse

### Introdução

Com a aprovação da Primeira Constituição da República Multipartidária e Democrática, em 1990, e a legislação subsequente, nomeadamente a Lei 2/97 de 18 de Fevereiro, referente à Implantação das Autarquias Locais e a Lei 8/2003, de 19 de Maio, sobre os Órgãos Locais do Estado, a participação dos cidadãos no processo da governação ganhou uma nova dinâmica.

Mas depois de duas décadas de governação participativa no contexto da municipalização, como é que os municípios de Tete percebem a sua participação na governação? Em que medida essa percepção tem influenciado a forma como os municípios vêem o trabalho do município? Com base em pesquisa de campo – entrevistas, discussões em grupos focais e observação – feita em 2017 no Município de Tete, no âmbito do projecto de pesquisa *Barómetro da Governação Municipal*, este texto procura analisar as dinâmicas da governação municipal com enfoque na participação cidadã, a partir da percepção dos municípios.

### Participação cidadã e governação municipal

Existem diferentes plataformas de interacção entre os municípios e o Município de Tete, com destaque para: (i) as visitas do presidente e dos vereadores aos bairros; (ii) as audiências abertas e privadas com os municípios. A primeira é da iniciativa do presidente, em que os municípios são convidados – pelo presidente no âmbito das suas visitas – a apresentar as suas questões em evento previamente marcado e acontece em locais públicos. A segunda é da iniciativa dos municípios, em que solicitam encontro com o presidente e acontece no gabinete do presidente. Os municípios também solicitam encontros com os vereadores, mas com a particularidade de não necessitam de uma marcação prévia.

Dinâmica semelhante também se observa na interacção entre a Assembleia Municipal e os municípios, através, por um lado, das visitas dos membros da assembleia aos bairros e, por outro, por meio da participação nas sessões da Assembleia Municipal.

Também se observa a interacção entre os municípios e as autoridades locais, nomeadamente chefes de quarteirão e chefes de dez casas, por meio de reuniões nos bairros. Os programas radiofónicos também são outras formas de interacção entre o executivo, os membros da Assembleia Municipal e os municípios<sup>2</sup>.

Não obstante estas diferentes plataformas de interacção, existe entre os municípios, a percepção de que a interacção é fraca, com 42,7% dos municípios inquiridos a se mostrarem “muito insatisfeitos” e 6,6% “insatisfeitos”, totalizando 49,3% de municípios insatisfeitos com a interacção que têm com o município (gráfico 1).



Esta insatisfação, como será ilustrado a seguir, possibilita verificar que o município é uma entidade ausente em dois sentidos: primeiro, não interage directamente com os municípios, isto é, tem preterido o contacto com as estruturas dos bairros e, segundo, a voz dos municípios não é tomada em consideração, nos casos em que se observa alguma interacção.

Este sentimento de ausência do município é descrito, por alguns municípios entrevistados, nos seguintes termos,

Dizer que vêm para fazer uma reunião para ouvir dos municípios o que lhes inquieta, nunca vi. É por isso que estou a dizer: as reuniões nunca ouvi dizer que vieram saber sobre esta situação. O presidente do município, só talvez quando iniciar a campanha [eleitoral], mas agora não vem. Este tempo aqui não aparece<sup>3</sup>.

Os municípios entrevistados também consideram ser

muito difícil (ou quase impossível) interagir com o presidente do município, através de audiências. Uma das razões, segundo os mesmos, é o facto de a recepção estar condicionada às ligações (institucional, partidária e/ou social) que o indivíduo tem com os gestores do município. Como alguns entrevistados descrevem: “lá no município se ir outra pessoa que não é representante [como, por exemplo, Secretário de Bairro] é perguntado quem é o senhor?”<sup>4</sup>.

Ou ainda como se refere outro entrevistado,

Aqui nunca ninguém foi até ao município porque quando nós vamos lá, primeiro, devemos falar com secretário para falar com o presidente. E ele responde dizendo que: ‘*não temos qualidades para falar com o presidente*’. Desta forma preferimos deixar [não ir ao município para tentar falar com o presidente]<sup>5</sup>.

Esta postura do município faz emergir a percepção segundo a qual, o município não respeita os municípios. Como descrevem alguns entrevistados: “as pessoas acham que não estão sendo consideradas porque muitas das vezes não são atendidas e as suas inquietações não são resolvidas, o que traz desconforto aos municípios”<sup>6</sup>.

Percepção semelhante também é observada nos casos em que os municípios conseguem interagir com o município. Nestes casos, os entrevistados consideram que o município se limita a ouvir as preocupações, mas sem com isso intervir na resolução da questão apresentada. Isto é, para os municípios, os canais de interacção com o município são inúteis devido à sua falta de abertura, como os trechos de duas entrevistas, aos municípios, sugerem. O primeiro trecho mostra que para os municípios as estruturas de bairro não conseguem fazer chegar as suas vozes.

Nosso secretário costuma ir deixar informação lá [no município], mas a resposta nunca vem. Agora não sabemos como estas coisas são, porque nenhum dos nossos pedidos é resolvido. Normalmente quando a população tem problemas vai ter com secretário do bairro, e ele regista tudo que inquieta a população. O presidente não vem [aqui] para vir

<sup>1</sup>Em termos temporais esta reflexão – a partir da percepção dos municípios de Tete – é sobre as dinâmicas de governação municipal entre 2014 e 2017.

<sup>2</sup>Os programas radiofónicos são apresentados pelas rádios Sirte, “A Voz do Cidadão”, e, pela rádio Santa Victória, “Cidadão Activo”.

<sup>3</sup>R. b. X. 1, Município de Tete, 27 de Outubro de 2018.

<sup>4</sup>Discussão em grupo focal com os residentes do bairro Filipe Samuel Magaia, 02, Interveniante 9, 23 de Outubro. Sublinhado no texto.

<sup>5</sup>Coordenador da Associação Social Ambiental – ASA, Município de Tete, 20 de Outubro de 2018.

fazer reunião connosco. Aqui, desde que ele ganhou nas eleições nunca veio, mesmo para vir agradecer ele não veio<sup>7</sup>.

E à semelhança do trecho anterior, as cartas redigidas e enviadas pelos municípios ao município também têm sido ignoradas.

Nós aqui no bairro temos uma caixa de reclamação. Então as pessoas escrevem cartas e colocam naquela caixa, mas as respostas nunca aparecem. Os funcionários do município poucas vezes vêm para aqui. *E já ouviram estes problemas, mas nunca resolvem o problema. Nós não nos sentimos bem porque os problemas que nós reclamamos não têm respostas*<sup>8</sup>.

Mas para os vereadores, o município tem privilegiado a interação com os municípios, como principal instrumento de governação. Como se refere, por exemplo, o vereador para a área de Administração Urbana, "se for a ver, muita coisa daquilo que está sendo feita nesta vereação vem da proposta dos municípios. Eles dão ideias e são as mesmas que eu transmito nos nossos projectos, em nossos planos de trabalho"<sup>9</sup>.

Esta fraca (ou mesmo ausência) interação entre os municípios e as diferentes estruturais municipais pode estar a contribuir para a emergência de percepções de que tanto a má qualidade dos serviços municipais como a corrupção são consequência de acções deliberadas dos gestores do município. Como será discutido na secção a seguir.

#### Participação cidadã, corrupção e serviços municipais

Existe entre os entrevistados a percepção de que a falta ou a má qualidade dos serviços municipais é resultado da corrupção. E ao observar os dados quantitativos, percebe-se que existe entre os municípios inquiridos, a percepção de que a corrupção existe, bem como tem aumentado nos últimos anos (2014-2017) no Município de Tete, como ilustram os gráficos 2 e 3.

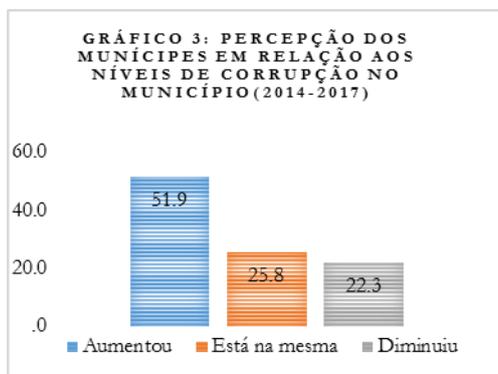
Sobre esta relação, é de destacar alguns excertos das



entrevistas, nas discussões em grupo focal. No primeiro trecho, verifica-se que para o entrevistado existe uma relação directa entre a colecta do imposto, o seu uso e os serviços municipais. A falta de clareza na colecta e uso

dos impostos afecta a qualidade dos serviços municipais. "Eu não confio no nosso município, porque eles nos fazem sofrer, pagamos imposto, mas não vemos o que fazem para o nosso bem. Eles nos tratam parece criminosos, nós estamos mal, temos vários problemas como: energia, água, estradas, saúde e outros"<sup>10</sup>.

No segundo excerto, para além da relação entre a falta de clareza sobre a colecta e uso dos impostos e os serviços



municipais, o entrevistado manifesta o seu desagrado em relação à corrupção, deixando transparecer que é uma prática que caracteriza o município e que tem afectado a provisão de serviços.

Muita das vezes eles vêm cobrar sem fardamento, desta forma eles são gatunos. Porque figuras públicas como eles deveriam vir com fardamento. Se alguém vem sem fardamento este é um gatuno e podemos lutar com ele [...] Não confiamos porque acabamos por pagar taxas que não deviam ser assim, mas também não confiamos porque não estão a colaborar com a população<sup>11</sup>.

À semelhança do trecho anterior, o entrevistado neste terceiro excerto revolta-se contra o município, manifestando o seu desagrado com a sua postura caracterizada por práticas corruptas que têm afectado a provisão e a qualidade dos serviços municipais.

É lamentável falar do Conselho Municipal desta cidade porque em nada ajuda. Foram colocados como dirigentes, mas nada fazem como dirigentes. Eles não querem melhorar a nossa cidade só querem tirar vantagem. Eles só estão preocupados em roubar o povo e, nem sequer querem resolver os problemas do povo<sup>12</sup>.

O vereador para área de Saneamento, Meio Ambiente e Transporte, reconhece a existência de corrupção no município, mas também afirma que está sendo combatida:

A corrupção no município, nós sentimos isto no início até no fim do mandato, o Conselho Municipal é uma área que trabalha com muita gente e, facilmente os nossos técnicos em algum momento se envolvem nessas situações de corrupção. Já houveram vários casos e nós tomamos conta disso e tomamos a devida medida<sup>13</sup>.

Esta percepção que os municípios têm de que a corrupção é a principal responsável pela fraca (ou ausência) de

serviços municipais, reflecte, entre outros aspectos, a frágil interação entre os municípios e o município, que é observado pela falta de informação sobre a governação municipal, em particular, sobre o uso que se faz das receitas municipais. Como se pode verificar tanto no primeiro como no segundo excerto, abaixo indicados. No primeiro excerto, o entrevistado destaca o desconhecimento da utilidade dos impostos pagos pelos municípios, e atribui a responsabilidade ao município por se mostrar distante (no sentido de não interagir) dos municípios. "Nós não sabemos para que serve os impostos que nós pagamos, vimos que a falta de informação também contribui bastante para não conseguirmos saber para que serve os impostos que pagamos"<sup>14</sup>.

À semelhança do primeiro, o excerto a seguir enfatiza o distanciamento do município na sua relação com os municípios, mas sobretudo como este distanciamento contribui para a emergência, entre os municípios, da percepção de que os impostos não têm estado a contribuir para a melhoria da qualidade de vida dos municípios.

Poucas pessoas têm noções sobre o imposto porque eles não sabem o que significa. Eles [o município] deviam falar várias vezes para que as pessoas percebam o que é imposto. Porque será desta forma que o município irá confiar que a sua contribuição tem ajudado a sua comunidade em várias áreas<sup>15</sup>.

Isto tem estado a contribuir para a fragilização da legitimidade do presidente, incluindo a sua equipa, com impactos negativos tanto na sua imagem como na do seu partido, Frelimo. Como se pode observar nas palavras de um dos municípios entrevistados, ao enfatizar a quebra de confiança no município devido à fraca capacidade na resolução dos problemas municipais: "A confiança que se nota agora está sendo distanciada, enquanto os problemas de os municípios não serem resolvidos não haverá nenhuma confiança. Deve haver trabalho para alguém confiar em ti. Confiança está a reduzir, a satisfação dos serviços municipais é fraca"<sup>16</sup>.

#### Considerações Finais

A percepção que os municípios têm de que o município é uma entidade ausente pode estar a contribuir, em grande medida, por um lado, para a redução do seu interesse, no sentido de se envolverem nos assuntos municipais, uma vez que sentem que a sua voz não é tomada em consideração nos processos de governação. Por outro lado, essa percepção pode contribuir para a emergência, entre os municípios, da ideia de que o município é uma entidade corrupta. E na percepção dos municípios, um dos impactos da corrupção tem sido a inexistência ou a precariedade dos serviços municipais.

<sup>7</sup>Em termos temporais esta reflexão – a partir da percepção dos municípios de Tete – é sobre as dinâmicas de governação municipal entre 2014 e 2017.

<sup>8</sup>Discussão em grupo focal com os residentes do bairro Mpadue, Interveniante 2, 28 de Outubro de 2017.

<sup>9</sup>Município de Tete, 24 de Outubro de 2017.

<sup>10</sup>Discussão em grupo focal com os residentes do bairro Mateus Sansão Muthemba, Interveniante 3, 22 de Outubro de 2017.

<sup>11</sup>Discussão em grupo focal com os residentes do bairro Mateus Sansão Muthemba, Interveniante 6, 22 de Outubro de 2017.

<sup>12</sup>Discussão em grupo focal com os residentes do bairro Filipe Samuel Magaia, 02, Interveniante 4, 23 de Outubro de 2017. Sublinhado nosso.

<sup>13</sup>Município de Tete, 26 de Outubro de 2017.

<sup>14</sup>Discussão em grupo focal com os residentes do bairro Mateus Sansão Muthemba, Interveniante 6, 22 de Outubro de 2017.

<sup>15</sup>, <sup>16</sup>R. b. M. 3, Município de Tete, 27 de Outubro de 2017. Sublinhado nosso.